



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

ÓRGÃO	: Ministério Público da União
UNIDADE	: Escola Superior do Ministério Público da União
CÓDIGO/UG	: 200234
UF	: Brasília - DF
EXERCÍCIO	: 2007
DIRIGENTE	: Rodrigo Janot Monteiro de Barros
CARGO	: Diretor-Geral
FUNÇÃO	: Ordenador de Despesas
C.P.F.	: 265.478.726-53
PERÍODO	: 01/01/2007 a 31/12/2007
DIRIGENTE	: Eugenio José Guilherme de Aragão
CARGO	: Diretor-Geral Adjunto
FUNÇÃO	: Ordenador de Despesas -Substituto
C.P.F.	: 225.642.841-91
PERÍODO	: 01/01/2007 a 31/12/2007
DIRIGENTE	: Marcos Kimura
CARGO	: Secretário de Administração e Tecnologia
FUNÇÃO	: Ordenador de Despesas – Por Delegação de Competência
C.P.F.	: 471.629.961-91
PERÍODO	: 01/01/2007 a 31/12/2007
DIRIGENTE	: Mirian Lucia de Azevedo
CARGO	: Secretária de Administração e Tecnologia - Substituta
FUNÇÃO	: Ordenadora de Despesas – Por Delegação de Competência - Substituta
C.P.F.	: 561.576.651-49
PERÍODO	: 01/01/2007 a 31/12/2007
DIRIGENTE	: Rozeli Conceição Longo
CARGO	: Coordenadora de Orçamento e Finanças
FUNÇÃO	: Encarregado do Setor Financeiro - Titular
C.P.F.	: 029.994.801-30
PERÍODO	: 01/01/2007 a 16/02/2007

[Assinatura]



DIRIGENTE : Adailton Antonio da Silva
CARGO : Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças - Substituto
FUNÇÃO : Encarregado do Setor Financeiro - Substituto
C.P.F. : 564.809.111-72
PERÍODO : 01/01/2007 a 25/02/2007

DIRIGENTE : Adailton Antonio da Silva
CARGO : Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças
FUNÇÃO : Encarregado do Setor Financeiro - Titular
C.P.F. : 564.809.111-72
PERÍODO : 26/02/2007 a 29/10/2007

DIRIGENTE : Lourdes Ribeiro Passos
CARGO : Chefe da Seção de Execução Financeira
FUNÇÃO : Encarregado do Setor Financeiro - Titular
C.P.F. : 261.892.751-68
PERÍODO : 30/10/2007 a 03/12/2007

DIRIGENTE : Israel Pereira Coelho
CARGO : Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças
FUNÇÃO : Encarregado do Setor Financeiro - Titular
C.P.F. : 799.740.581-04
PERÍODO : 05/12/2007 a 31/12/2007

DIRIGENTE : Norma Pereira de Oliveira
CARGO : Responsável pelo Almoxarifado
FUNÇÃO : Encarregado do Almoxarifado/ Material e Estoque - Titular
C.P.F. : 185.238.201-59
PERÍODO : 01/01/2007 a 29/04/2007

DIRIGENTE : Norma Pereira de Oliveira
CARGO : Gestor de Patrimônio
FUNÇÃO : Gestor de Patrimônio
C.P.F. : 185.238.201-59
PERÍODO : 01/01/2007 a 29/04/2007

DIRIGENTE : Heleno de Farias da Franca Junior
CARGO : Chefe da Seção de Material e Patrimônio
FUNÇÃO : Encarregado do Almoxarifado/ Material e Estoque - Titular
C.P.F. : 297.118.511-72
PERÍODO : 30/04/2007 a 31/12/2007

DIRIGENTE : Heleno de Farias da Franca Junior
CARGO : Chefe da Seção de Material e Patrimônio
FUNÇÃO : Gestor de Patrimônio
C.P.F. : 297.118.511-72
PERÍODO : 30/04/2007 a 31/12/2007

DIRIGENTE : Marciel Rubens da Silva
CARGO : Gestor de Patrimônio - Substituto
FUNÇÃO : Encarregado do Almoxarifado - Substituto
C.P.F. : 417.218.371-91
PERÍODO : 30/04/2007 a 31/12/2007



1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentamos o Relatório de Auditoria referente ao processo de Tomada de Contas da Escola Superior do Ministério Público da União, relativa ao exercício de 2007, o qual expressa nossa opinião sobre os resultados dos exames realizados com vistas a avaliar a conformidade e o desempenho da gestão dos responsáveis acima indicados.

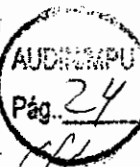
1.2 Os referidos exames foram efetuados por amostragem, na extensão julgada necessária, nas circunstâncias apresentadas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, com o objetivo de avaliar a regularidade da gestão dos recursos públicos alocados durante o exercício financeiro de 2007.

1.3 Nenhuma restrição foi imposta quanto ao método ou extensão dos nossos trabalhos. Os programas de auditoria e respectivos procedimentos estabelecidos para execução dos trabalhos foram aplicados de acordo com a natureza das atividades das unidades auditadas.

1.4 O processo de Tomada de Contas está instruído com as peças e conteúdos exigidos pela Instrução Normativa TCU n.º 47/04, e suas alterações, e nas Decisões Normativas n.º 85/2007 e n.º 88/2007, do Tribunal de Contas da União – TCU. Em atendimento ao disposto nos artigos 3º e 13 da Instrução Normativa n.º 47/2004 – Tribunal de Contas da União – TCU e no Ofício – Circular n.º 05/2006 – Auditoria Interna – AUDIN/MPU, a Unidade Gestora atualizou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) as informações relacionadas aos agentes responsáveis e seus substitutos que atuaram no exercício de 2007.

2 ROL DOS RESPONSÁVEIS

2.1 O dirigente máximo da unidade declara, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da



Decisão Normativa do TCU n.º 85/2007, alterado pela n.º 88/2007, que as informações sobre o rol de responsáveis contidas em banco de dados informatizado são fidedignas, exceto no tocante à falta de inclusão de Odim Brandão Ferreira, ordenador de despesa responsável pelo expediente no período de 05/1/2007 a 24/1/2007 e 12/7/2007 a 21/7/2007 e à falta de inclusão de Marciel Rubens da Silva, encarregado do almoxarifado – substituto no período de 01/10/2007 a 11/10/2007.

3 TOTAL DAS DESPESAS

3.1 O total da despesa executada pela Escola Superior do Ministério Público da União, no exercício de 2007, foi de R\$ 7.066.544,83 (sete milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos) representando 0,27 % do gasto total Ministério Público da União e o total da despesa inscrita em restos a pagar não processados, no mesmo período, foi de R\$ 2.542.552,46 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

4. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As informações a respeito das metas físicas e financeiras das ações relativas ao período em questão estão detalhadas a seguir de forma analítica, nos moldes estabelecidos na Lei Orçamentária para 2007 e no Plano Plurianual 2004-2007, assim como os indicadores de desempenho, de gestão e de economicidade adotadas pela unidade gestora.

4.2 Avaliação dos Projetos – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual 2004/2007 - PPA

Comentaremos nos subitens a seguir as execuções do PPA 2004/2007 e dos Orçamentos Gerais da União - OGU's do período de 2004 a 2007 e os resultados alcançados. Não foram considerados nas nossas análises os valores do PPA que ultrapassam o referido período.

4.2.1 Programa/Projeto 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

Preliminarmente, verificamos que consta no PPA 2004/2007 para este projeto (ação 11EQ) o valor estimado de R\$ 272.000,00 para o período de 2004/2007, destinado à elaboração do



projeto da construção do Centro de Treinamento da ESMPU em Brasília com 10.000 m² de execução física, conforme Lei nº 11.450 de 07/02/2007 que alterou a Lei nº 10.933 de 11/08/2004 do PPA2004/2007.

A previsão, para o exercício de 2007, foi para execução de 3% do Centro de Treinamento, relativo à elaboração de projeto. Conforme relatado pela unidade o projeto foi integralmente elaborado pelo valor de R\$ 130.900,00, correspondente a 48,12% do valor estimado.

4.3 Avaliação das Atividades – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual

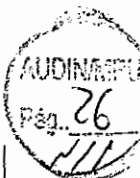
4.3.1 Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

No cumprimento de sua missão institucional, estabelecida em sua Lei de Criação (Lei nº 9.628, de 14/4/1998), no ano de 2007 a ESMPU iniciou o treinamento de novos membros do MPU no desempenho de suas funções institucionais, promoveu o aperfeiçoamento e atualização da capacidade técnico-profissional de membros e servidores do MPU, desenvolveu projetos e programas de pesquisa na área jurídica e zelou pelo reconhecimento e valorização do MPU como instituição essencial à função jurisdicional do Estado brasileiro.

Todas as ações de capacitação executadas obtiveram ampla participação de membros e servidores dos quatro ramos do MPU (MPF, MPT, MPM e MPDFT), tanto na proposição quanto na execução, o que resultou no êxito de todas as atividades realizadas.

A Escola Superior do Ministério Público da União executou 101 projetos de ações de capacitação em todo o território nacional, beneficiando 10.829 participantes, entre membros e servidores do MPU e público externo, conforme tabela a seguir:

ATIVIDADE ACADÊMICA	QUANTIDADE DE AÇÕES/PROJETOS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Estudos temáticos (congressos, seminários, simpósios, oficinas, painéis, palestras, ciclos de palestras, projetos-piloto, fóruns e debates) e outros cursos de aperfeiçoamento e de capacitação	91	10.526
Cursos de iniciação na carreira de membro do MPU e de pós-graduação e especialização realizados em parceria com instituições de ensino superior, iniciados em 2007.	5	115



Cursos de vitaliciamento na carreira de membro do MPU e de pós-graduação e especialização realizados em parceria com instituições de ensino superior, iniciados em anos anteriores, ainda em andamento no ano de 2007	5	198
TOTAL	101	10.829

A meta física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelecia a capacitação de 10.000 pessoas, entre membros e servidores. O objetivo foi atingido. A ESMPU findou o exercício de 2007 com 10.829 participações.

Ressaltamos que o orçamento de 2007 autorizou para a capacitação de recursos humanos o total de R\$ 2.471.000,00, sendo executado o montante de R\$ 2.218.161,86, correspondente a 89,76% do total. Cabe acrescentar que, para esta Ação, a ESMPU descentralizou recursos orçamentários para outras unidades no montante de R\$ 166.536,32. Conforme discriminado abaixo:

Código da UG	UG Executora	Total Descentralizado R\$
200008	Ministério Público Militar	86.722,20
200049	Procuradoria da República - SP	7.765,30
200053	Procuradoria da República - PR	3.960,00
200059	Procuradoria Regional do Trabalho 12ª Região - SC	3.181,00
200076	Procuradoria Regional do Trabalho 8ª Região - PA	2.700,00
200102	Procuradoria Regional da República 4ª Região - RS	12.700,00
200200	Departamento de Adm. da Procuradoria Geral do Trabalho	49.507,82
Total:		166.536,32

4.3.2 Ação 4268 – Pesquisa na Área Jurídica

Entre as linhas de ação da ESMPU, encontra-se o incentivo à pesquisa jurídica de membros e servidores da Escola. Considerando que após a obtenção do credenciamento pelo MEC a ESMPU passou a figurar como uma Instituição de Ensino Superior especialmente credenciada para atuar em cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização, a ação na área de pesquisa torna-se importante nesse contexto, como uma das prioridades para a consolidação das atividades acadêmicas da Escola.



Além de constar na Lei de criação da ESMPU (Lei nº 9.628/98, art. 3º, inc. III), o incentivo ao desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa na área jurídica, também está inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As atividades de pesquisa da ESMPU são regidas pelo Regulamento Geral das Atividades de Pesquisa, aprovado em abril de 2006 pelo Conselho Administrativo.

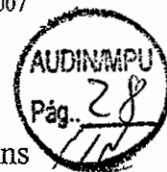
Para o Plano de Atividades de 2007 foram aprovadas 14 novas pesquisas, sendo que 1 delas foi cancelada e 3 não tiveram andamento por dificuldades dos proponentes. Além das pesquisas iniciadas em 2007, há ainda 2 pesquisas iniciadas em anos anteriores ainda em andamento.

ATIVIDADE	INICIADAS EM 2007	EM ANDAMENTO (INICIADAS EM ANOS ANTERIORES A 2007)	PARTICIPANTES	
			Pesquisas iniciadas em 2007	Pesquisas iniciadas em anos anteriores em andamento 2007
Pesquisa na área jurídica	12	2	50	05
Total	12	2	55	

Em relação à “Ação Pesquisa na Área Jurídica”, a meta física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelecia a realização de 100 pesquisas no ano de 2007. Entretanto, o patamar previsto para as pesquisas foi dimensionado de forma equivocada. Na LOA aprovada para o ano de 2008, a meta física está redimensionada de forma adequada. A previsão será a realização de 11 (onze) pesquisas. Outro fator relevante, deve-se ao fato de ESMPU estar em processo de reestruturação.

Ressaltamos que o orçamento de 2007 autorizou para a pesquisa na área jurídica o total de R\$ 286.400,00, sendo executado o montante de R\$ 191.913,79, correspondente a 67% do total. Cabe acrescentar que, para esta Ação, a ESMPU descentralizou recursos orçamentários para outras unidades no montante de R\$ 17.439,35. Conforme discriminado abaixo:

Código da UG	UG Executora	Total Descentralizado R\$
200043	Procuradoria da República - RJ	713,50
200044	Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ	15.120,00
200202	Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região – AL	1.605,85
Total:		17.439,35



4.3.3 Publicações

No ano de 2007, a Escola produziu 4 (quatro) publicações, incluindo Boletins Científicos e livros, conforme tabela a seguir:

PUBLICAÇÕES COM TIRAGENS IMPRESSAS EM 2007	QUANTIDADE	TIRAGEM
Boletins Científicos	1	3.000
Livros	3	3.500
TOTAL	4	6.500

Além das 4 (quatro) publicações acima, houve ainda 15 publicações em fase de produção ou com produção iniciada em 2007:

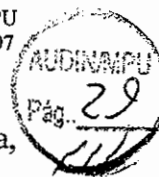
PUBLICAÇÕES EM FASE DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE	TIRAGEM PREVISTA
Boletins Científicos	3	9.000 (3.000 cada)
Livros	12	11.500 (tiragens de 1.000 e 1.500 exemplares e 2 publicações eletrônicas)
TOTAL	15	20.500

4.4 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Durante o exercício de 2007 foram realizadas diversas ações com objetivo de contribuir para o desempenho de gestão da ESMPU, com os seguintes destaques:

- *PROCESSO DE VITALICIAMENTO e ESMPU*: A Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004 que instituiu a *Reforma do Judiciário*, trouxe significativas inovações ao texto da Constituição Federal de 1988, sobretudo, no que diz respeito à promoção de membros do Ministério Público. Um dos princípios estabelecidos, prevê cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Em 2007, a ESMPU passou a priorizar ações que atendam esse mandamento constitucional, a partir do oferecimento de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de membros, adequando a Escola aos novos rumos a que está imersa;

- *AÇÕES DE ENSINO* (ingresso, vitaliciamento, pós-graduação, aperfeiçoamento, capacitação e treinamento): Em 2007 foram realizadas várias ações pela ESMPU relevantes ao cumprimento da missão institucional do MPU, abrangendo, dentre outros, os seguintes temas:



direitos humanos, globalização, justiça e segurança humana, gestão de crise, administração pública, etc.

- *AÇÕES DE PESQUISA*: Em 2007 a ESMPU iniciou pesquisas em temas de interesse do MPU, destacando-se: direitos humanos, direito à comunicação, questões indígenas, cooperação jurídica internacional, portadores de necessidades especiais, assédio moral, ações coletivas, sistema penal, etc.

- *CREDENCIAMENTO e RECONHECIMENTO DA ESMPU NO MEC*: Outro aspecto que fortaleceu a atuação da Escola foi o reconhecimento pelo MEC como uma Instituição Superior de Ensino pelo Ministério da Educação. Por meio da Portaria MEC nº 840, de 28/8/2007 a Escola foi credenciada em caráter especial para ministrar cursos de especialização, em nível de Pós-graduação *Lato Sensu* na área de Direito, com a oferta inicial do curso de Direito Penal Especial, na modalidade presencial, pelo prazo de três anos, conforme estabelece a legislação educacional, bem como as diretrizes definidas pela LDB e pela Resolução CNE/CSE/MEC nº 01, de 08/6/2007. Na avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento principal para a obtenção do credenciamento, o MEC conferiu à Escola "nota máxima" em todas as suas dimensões, conforme Parecer MEC/CNE/CES nº 162, de 9/8/2007, com despacho do Ministro da Educação publicado no DOU de 29/8/2007. O PDI foi elaborado por servidores da própria Escola, sendo aprovado pela Resolução ESMPU nº 01, de 7/3/2006, publicada no BS/MPU nº 3/3/2006;

- *BIBLIOTECA*: Em 2007 a Biblioteca da ESMPU ganhou novo espaço físico para acondicionar e dinamizar o seu acervo bibliográfico e eletrônico. Em relação ao processamento técnico do acervo, foi implementado definitivamente o PERGAMUM (Sistema de gerenciamento eletrônico do acervo da rede de bibliotecas do MPF, do qual a Escola faz parte), possibilitando acesso *online* (inicialmente via intranet) aos seus usuários;

- *ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO*: Em 2007 a Escola celebrou ou manteve vários instrumentos com a vista à cooperação da área do ensino, pesquisa e extensão, destacando-se, os ajustados com a Universidade Pablo de Olavide (Sevilla - Espanha), Prefeitura de Wiloughby (Sidney - Austrália), Universidade de Sevilla, Universidade de Ruhr de Bochum (Alemanha), com o MPS/SC, IFC, PUC-RS, FESMDFT, CJF, FPI, EMERJ, EFRJ, etc.

- *PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO*: Percebendo a necessidade de racionalizar e otimizar os fluxos de procedimentos administrativas e operacionais da ESMPU, afetos tanto à área



acadêmica quanto à área administrativa, a Direção-Geral da ESMPU delegou no ano de 2007 à Secretaria de Administração que procedesse estudos iniciais para a implementação de planejamento estratégico no âmbito da Escola. Para subsidiar o planejamento estratégico, em 2007 foram iniciados estudos visando o Plano de Alinhamento Institucional (PAI), cujo objetivo principal é fornecer suporte necessário à implantação do PDI da ESMPU por meio do alinhamento das diversas áreas desta Escola (Direção Geral, Conselho Administrativo, Coordenações de Ensino e Gestões Acadêmico-Administrativa), de modo a aprimorar a atuação da Escola à sua clientela. Para tanto, o projeto foi idealizado em sete fases ou Subprojetos: Iniciação, Planejamento, Execução, Treinamento e Desenvolvimento, Monitoramento, Encerramento e Avaliação. Os servidores da Escola receberam treinamento no Curso de Planejamento Estratégico com Visão de Futuro baseada em Cenários Prospectivos – Treinamento do Método Grumbach. Dentro dessa linha de atuação foi também iniciado o processo de contratação de empresa para realizar o mapeamento de processos com vistas a uma administração baseada na "gestão de processos", bem como a contratação do *software* corporativo do tipo ERP (*Enterprise Resource Planning*) que integrará as áreas da gestão acadêmica e da gestão administrativa da ESMPU, visando à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho das atividades e o alcance dos resultados planejados, possibilitando a automação dos processos e dos projetos, além do compartilhamento e armazenamento das informações de forma integrada. Como resultado dessas ações, espera-se colher de modo coletivo e orgânico todas as atividades e atribuições das áreas, com vistas a subsidiar futura proposta de Regimento Interno para a ESMPU.

Ressaltamos que o orçamento de 2007 autorizou para a Ação Gestão e Administração do Programa o total de R\$ 4.880.708,00, sendo executado o montante de R\$ 4.525.569,18, correspondente a 92,72% do total. Cabe acrescentar que, para esta Ação, a ESMPU descentralizou recursos orçamentários para outras unidades no montante de R\$ 254.888,51. Conforme discriminado abaixo:

Código da UG	UG Executora	Total Descentralizado R\$
200044	Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ	6.761,51
200058	Procuradoria da República – SC	154,00
200097	Secretaria Geral – Ministério Público Federal	222.208,39
200200	Departamento de Adm. da Procuradoria Geral do Trabalho	25.764,61
Total:		254.888,51



5 TRANSFERÊNCIA E RECEBIMENTOS DE RECURSOS:

5.1 Constatou-se que a unidade promoveu transferência de recursos por destaque de crédito no total de R\$ 48.615,12. Sendo R\$ 42.000,00 para o Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro do Ministério da Defesa objetivando atender despesas com a realização de dois cursos sobre “Estágios de Inteligência” para membros do MPU e R\$ 6.615,12 para a Escola de Administração Fazendária com o intuito de atender despesas com treinamento de servidores do MPU no curso “Pregão Eletrônico”.

Não houve transferência ou recebimento de recursos mediante convênios, acordos, ajustes, auxílios, subvenções e contribuições.

6 DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

6.1 Procedemos à análise de processos licitatórios nas modalidades de convite e pregão, bem como de dispensas e inexigibilidades efetuadas pelos dirigentes da unidade, tendo verificado a regularidade nos procedimentos.

7 RECURSOS HUMANOS

7.1 A ESMPU não possui quadro próprio, ficando os serviços administrativos a cargo de servidores dos quatro ramos do MPU (Lei nº 9.628, de 14/04/1998, art. 7º). Assim, as admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões e demais atos relativos a pessoal lotados na ESMPU foram e são realizados pelos respectivos ramos de origem.

8 CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

8.1 A ESMPU não é patrocinadora de entidade de previdência privada.

9 CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU

9.1 O Controle Interno, no desempenho de suas atribuições, não teve ciência de qualquer determinação emanada da Corte de Contas à Unidade Gestora.



10 EXECUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

10.1 Não consta declaração da ESMPU sobre a execução, no exercício de 2007, de programas ou projetos financiados com recursos externos oriundos de organismos internacionais.

11 AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA

11.1 Indicadores de gestão

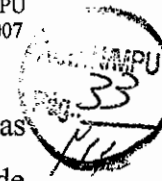
Por meio do item 6 da Norma de Execução n.º 1, de 30.01.2007, aprovada pela Portaria AUDIN/MPU n.º 1, de igual data, foi instituído o indicador de gestão de economicidade de despesas com serviços terceirizados, de natureza contínua, relativamente às atividades de vigilância, limpeza/conservação, copeiragem (garçon e copeira), ascensorista, manutenção de elevadores, recepcionista/telefonista e outros.

O referido indicador, também denominado Fator “K”, a partir do exercício de 2006 passou a ser incluído em formulário próprio elaborado pela unidade gestora e permite aferir a relação entre o custo total de cada categoria profissional (remuneração + encargos sociais + insumos + reservas técnicas + despesas administrativas/operacionais + lucro + impostos = faturamento) e a remuneração da mesma categoria, ou seja, informa quantas vezes os serviços do trabalhador custam em relação ao próprio salário.

Mediante informações prestadas no mesmo formulário, o indicador possibilita, ainda, que se verifique a eficiência das contratações, em termos de quantidade de empregados alocados em cada serviço, permitindo assim a avaliação da produtividade de cada serviço/contrato.

No exercício de 2007 foi feito o acompanhamento, via SIAFI, dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade, bem assim a análise dos custos dos contratos de prestação de serviços de limpeza, conservação e vigilância, via sistema informatizado desenvolvido pela AUDIN/MPU, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis, assim como a compatibilidade dos custos inicialmente contratados e os valores repactuados com os parâmetros estabelecidos pela Auditoria Interna do MPU.

Efetuamos avaliação do indicador de gestão, antes citado, em relação ao contrato n.º 04/2007 cujo objeto é a prestação de serviços auxiliares de apoio administrativo, apoio operacional e de atividades auxiliares, com fornecimento dos materiais de limpeza, conservação e higienização,



levando-se em consideração a materialidade e representatividade no total das despesas realizadas pela unidade no exercício. Nesse contrato, apenas a categoria profissional “Lavador/lubrificador de veículos oficiais” apresentou fator “K” acima do limite máximo aceitável por este Controle Interno. Entretanto, cabe ressaltar que o fator “K” médio do contrato é de 3,15, adequado aos parâmetros fixados pela AUDIN/MPU.

11.2 Constatações de Auditoria e providências tomadas pela unidade.

Foi realizada ainda, no período de 02/06/2007 a 04/06/2007, auditoria nas áreas de licitações (serviços continuados), contratos deles decorrentes, controle de utilização de veículos, imóveis (cessão de uso de área a terceiros), controle de bens móveis, almoxarifado e suprimento de fundos tendo sido verificado a observância das normas e disposições legais pertinentes às áreas examinadas. Abaixo transcrevemos as constatações encontradas, as medidas adotadas pela unidade em razão das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 19/2007 e a análise desta Auditoria Interna.

Constatação: Relatório de Auditoria Item 4.1.1

Em virtude da necessidade de cumprimento do princípio da vinculação ao edital e à proposta, proceder à reativação do relógio de ponto eletrônico para controle de frequência dos empregados contratados pela empresa Federal Serviços Gerais Ltda. **(item 3.2.1)**

Manifestação da ESMPU

“(…) o relógio de ponto eletrônico estava com avarias. A empresa Federal Serviços Gerais Ltda consertou o relógio, o mesmo já está funcionando. No período em que o relógio ficou desativado a frequência dos prestadores de serviços foi aferida por meio de assinatura de folha de frequência.”

Análise da AUDIN

As providências adotadas atendem a recomendação formulada.

Constatação: Relatório de Auditoria item 4.1.2

Anexar aos processos de pagamento da empresa Federal Serviços Gerais Ltda. cópias dos comprovantes de pagamento de cada trabalhador alocado para realização das atividades objeto do contrato, dos recibos de entrega dos vales-transporte, vales-alimentação, uniformes, pagamentos de férias ou verbas rescisórias, se for o caso, em atendimento à Cláusula Décima Segunda do

ESMPU
34
111

contrato, alíneas “a”, “c” e “d”. (item 3.2.1)

Resposta da ESMPU

“A ESMPU solicitou à empresa Federal Serviços Gerais Ltda os comprovantes para serem anexados aos processos de pagamento. A partir de agosto de 2007 os processos de pagamento já estão instruídos com os respectivos comprovantes de pagamento.”

Análise da AUDIN

As medidas anunciadas atendem a recomendação efetuada. Em auditoria futura verificar se os comprovantes já estão compondo os processos.

Constatação: Relatório de Auditoria item 4.1.3

Proceder à alteração, na planilha de custos do contrato firmado com a empresa Federal Serviços Gerais Ltda., do salário correspondente à categoria artífice de serra, a fim de adequá-lo ao salário normativo de marceneiro. (item 3.2.1)

Resposta da ESMPU

“(…) por meio de Termo Aditivo não se pode criar categoria profissional não prevista no objeto do edital de licitação e no contrato, sob pena de violação do princípio de vinculação ao edital de licitação.

Quando da licitação, a ESMPU encaminhou o processo licitatório e a planilha de custos para a apreciação da AUDIN e não houve manifestação contrária no tocante ao enquadramento das categorias profissionais elencadas.

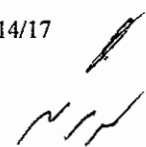
Entretanto, a ESMPU pretende licitar novamente a prestação de serviços por meio de pregão eletrônico, a fim de se obter redução nos custos do contrato e será acatada a recomendação da equipe de auditoria.”

Análise da AUDIN

Recomendação acatada pela unidade, uma vez que o contrato terminou em 1º/1/2008 e que na próxima licitação o posto de artífice de serra será substituído pelo de marceneiro. Verificar tal mudança em auditoria futura.

Constatação: Relatório de Auditoria item 4.1.4

Negociar com a empresa Copy Systems Sistemas Gráficos Ltda. o valor da cópia excedente referente à máquina C7535N, tendo em vista apresentar valor superior ao custo dentro da franquia, e o valor da cópia dentro da franquia, para a máquina Dsm515pf. (item 3.2.2)



Resposta da ESMPU

“Impressora modelo C7535N – refere-se a cópias coloridas e de acordo com a pesquisa de mercado, o menor preço encontrado foi R\$ 0,70 (fl.14) (se analisado o item isoladamente, pois no valor global do contrato os valores ultrapassam e muito o valor contratado da Copy Systems), o valor da cópia em franquia contratado foi de R\$ 0,56.”

“HL-5252dn e Dsm515pf – as impressoras não podem ser comparadas em um único item devido às características funcionais de cada uma: impressora Brother HL-5252dn é uma impressora laser de rede enquanto a impressora Dsm515pf é multifuncional e faz serviços de cópia, impressão, scanner, fax e impressão em rede.

Em nenhum dos itens apontados pela equipe de auditoria foi considerado o custo do tonner das máquinas, o custo de treinamento dos técnicos para trabalharem com os equipamentos, o custo de um contrato de manutenção das impressoras, nem o valor do processo de licitação para essa compra.

O cálculo do contrato de locação de máquinas impressoras foi baseado no valor global do objeto, visando a economicidade no todo. O que se pode observar no caso da impressora Gestethner C7535N é que houve um desconto no valor da cópia franqueada e não um acréscimo das cópias excedentes, reduziu-se de R\$ 0,85 o excedente para R\$ 0,56 em franquia, valor bem abaixo do preço de mercado em cópias coloridas.

Além do mais o valor julgado alto é referente a excedente de franquia, que poderá em alguns meses nem ser atingido, caso que já ocorreu mais de uma vez, ficando o crédito para os meses posteriores.

Ademais o custo mensal de locação de R\$ 4.474,93, refere-se a 02 impressoras coloridas, 14 impressoras em preto e 03 multifuncionais, está aquém do custo médio do mercado.

A diminuição do custo somente foi possível porque a empresa dilui as despesas e os lucros entre os itens constantes da contratação, de sorte que alterar um item pode significar o fim do contrato, podendo acarretar prejuízo ao erário, haja vista que na licitação as outras empresas cotaram em R\$ 4.500,00 e R\$ 6.833,70, utilizando-se os mesmos parâmetros.”

Análise da AUDIN

Tendo em vista que a unidade já iniciou procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº 06/2008) para locação de máquinas reprográficas e impressoras, com fornecimento de mão-de-obra, esta auditoria entende o cumprimento da recomendação supracitada.



Constatação: Relatório de Auditoria item 4.1.5

Sanar as inconsistências existentes no sistema de controle do almoxarifado. **(itens 3.5.3 e 3.5.4)**

Resposta da ESMPU

“a Escola, acatando a determinação da equipe de auditoria, providenciará a conciliação entre os relatórios para sanar as inconsistências do almoxarifado.”

Análise da AUDIN

Recomendação acatada pela Unidade. Em auditoria futura deve-se verificar se as inconsistências foram efetivamente sanadas.

Constatação: Relatório de Auditoria item 4.1.6

Proceder à implantação do Registro de Movimentação de Veículos. **(item 3.7.5)**

Resposta da ESMPU

“a Administração da ESMPU determinou a implantação do Registro de Movimentação de uso de Veículos, em observância ao recomendado pela equipe de auditoria.”

Análise da AUDIN

Recomendação acatada pela Unidade. Em auditoria futura deve-se verificar se o registro supracitado já sendo realizado.

12 DA UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - CORPORATIVO

12.1 A ESMPU não utilizou cartão de pagamento do Governo Federal – Corporativo para a execução de despesas.

13 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

13.1 Conforme declaração da unidade, no exercício de 2007 não houve a instauração de Tomadas de Contas Especial.

14 FALHAS CONSTATADAS QUE CAUSARAM DANO OU PREJUÍZO

No exercício de 2007 foi instaurada, pela Portaria 04/2008 de 28/02/2008, Comissão de Sindicância para apurar o desaparecimento de bens da ESMPU no valor estimado de R\$

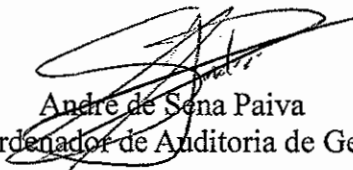
6.300,00. A Comissão concluiu que não foi possível apontar qualquer responsabilidade administrativa quanto ao dever de guarda e zelo dos bens patrimoniais sugerindo o arquivamento do feito em razão de não restar comprovada a autoria e a responsabilidade pelo desaparecimento dos bens. Em face disto, o Diretor-Geral da ESMPU acolheu a conclusão da Comissão e determinou o arquivamento do presente expediente.

15 CONCLUSÃO

15.1 Em face da documentação examinada e dos testes realizados, concluímos que os procedimentos administrativos e operacionais adotados pelos gestores do órgão na utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros apresentaram-se adequados e não comprometeram a gestão dos aludidos recursos quanto ao cumprimento dos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, oportunidade, finalidade e eficiência a que a unidade está sujeita, em razão do que propomos ao Sr. Secretário de Auditoria a emissão do Certificado de Auditoria pela **REGULARIDADE** da gestão dos responsáveis arrolados no presente processo de Tomada de Contas.

Brasília, 16 de maio de 2008.


Renato Fabbrini Marsiglio
Analista de Controle Interno


André de Sena Paiva
Coordenador de Auditoria de Gestão